
A CONSTITUIÇÃO DE UM DISCURSO FUNDADOR: O PREFÁCIO DE *CASA GRANDE & SENZALA*

*Vanise Gomes de Medeiros**

“O que vale é a versão que ficou.”

Orlandi

*“Não existem, nas vozes que escutamos,
ecos das vozes que emudeceram?”*

Benjamin

Resumo

Vários são os acontecimentos, as histórias, as lendas, os enunciados que constituem as memórias e as identidades de um país e que se articulam como discursos fundadores. Com este trabalho pretendemos analisar o funcionamento de um certo discurso fundador — o prefácio de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre -, recuperando e discutindo algumas das marcas que o configuram. Objetivamos também refletir sobre a sua relação com os discursos que o rodeiam e sobre o lugar em que se insere na constituição de falas fundantes sobre o Brasil.

1 E por Falar em Discurso Fundador

Todo povo, todo país tem suas falas fundantes; isto é, discursos, enunciados, lendas, mitos que o “explicam”, que o “significam”, que lhe conferem identidade. São discursos que “reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução de

* Doutoranda em Estudos Linguísticos na UFF.

nostros laços sociais, em nossa identidade histórica”¹. Refletiremos aqui sobre um certo discurso fundador, a saber, a obra *Casa Grande & Senzala* (C.G.S.) de Gilberto Freyre. Mais especificamente, iremos nos centrar no prefácio da primeira edição do livro. No prefácio escrito pelo próprio autor de *Casa Grande & Senzala*.

Partimos de uma definição de discurso fundador como “aquele que instaura a possibilidade de novos discursos, ou seja, aquele que cria novos “sítios de significância” (Orlandi, 1993). Tais afirmações impõem, de imediato, duas explicações. Em primeiro lugar, quanto à questão do movimento. Instaurar a possibilidade de novos discursos não implica tão somente uma projeção para o futuro. Em lugar disso, o discurso fundador opera sobre uma memória já existente e cria outra(s), ou seja, “ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra”². Movimenta-se, pois, tanto para o passado quanto para o futuro. Em segundo lugar, quanto à questão da origem. Propor discurso fundador como aquele a partir do qual são produzidos outros discursos não significa postular que os sentidos tenham uma origem primeira, um ponto inicial a partir de um não-sentido. Ora, o que possibilita o dizer é o já-dito, o que possibilita a instauração de um outro sentido são os sentidos já fixados em outras memórias. O discurso fundador é, pois, aquele que instaura a possibilidade de um novo dizer exatamente porque já há um dizer, já há sentido(s). É fundador no sentido de reorganizador de uma memória. É fundador porque “entendido como aquele que cria um outro lugar do qual falar”³. A noção de fundação articula-se, portanto, à noção de re-significação.

Um outro aspecto importante desta noção diz respeito à sua função. Um discurso fundador pode ter muitas funções; uma delas seria da ordem da ciência: aquele que instaura novos campos do saber, como, por exemplo, o livro póstumo de Saussure por seus alunos que reterritorializa conhecimentos e inaugura novas zonas de produção de ciência, no caso, a lingüística. Uma outra função seria da ordem da formação de um imaginário de um país. *Casa Grande & Senzala* opera nesses dois terrenos. Trata-se de uma obra comumente apontada como marco⁴ de uma época - no caso a década de 30 - e de uma nova proposta de leitura de Brasil vinculada a uma nova área de saber - a

¹ Orlandi, 1993

² Orlandi, idem

³ Serrani, 1993

⁴ Candido, 1980; Costa Lima, 1986; Araujo, 1994; e Viana, 1995.

sociologia. É nosso objetivo aqui analisar o funcionamento deste discurso fundante evidenciando e discutindo algumas das marcas que nele se fazem presentes: a forma ensaística e memorialística, bem como a heterogeneidade que o configura.

2 Por que Prefácio?

Prefácios, conforme sinaliza Carpeaux⁵, têm as mais diversas finalidades: podem servir para elogiar autores novos ou já consagrados; podem funcionar para situar o autor e seu livro dentro de uma determinada corrente, época ou proposta; podem atenuar determinadas “ousadias” do autor ou destacar certas passagens; podem operar como um texto crítico da obra do autor ou somente do livro em questão; podem se constituir como um manifesto. Podem ser escritos pelo próprio autor ou não. Podem ganhar autonomia em relação ao livro. Podem ser curtos ou longos. Podem ser prólogos ou até epílogos. Ou ainda epítáfios.

Prefácios podem não ser lidos também. Mas, ainda assim, em se tratando de prefácios de textos fundantes, suas vozes podem ecoar no nosso imaginário, podem nos significar. Um exemplo da possibilidade de ressonância é necessário. Orlandi, no texto *Vão surgindo sentidos* (1993), trabalha com um enunciado citado como pertencente a um determinado texto sem que, contudo, ele esteja de fato presente no texto referido. Trata-se de “*Em se plantando tudo dá*”, que é sabidamente indicado como fazendo parte da famosa carta de Caminha. Não há, no entanto, em tal texto, o enunciado apontado. E, todavia, ele ressoa no nosso imaginário. Mais do que isso, ele significa, ele confere identidade a uma nação: “Terra Pródiga. Gigante pela própria natureza.”⁶ É a isto que se atribui, na AD, a categoria de discurso fundador. Enunciados, textos que, operando na ordem do simbólico, povoam o imaginário de um povo e lhe fornecem identidade. O fato de terem sido escritos ou não, de terem sido lidos ou não não é exatamente a questão; afinal “não são os enunciados empíricos, são suas imagens que funcionam”⁷. A questão é, portanto, a sua projeção no imaginário de um povo. A questão é a versão que fica, que constitui a memória de um país.

⁵ Carpeaux

⁶ Orlandi, 1993

⁷idem

Para responder, por ora, à pergunta “por que prefácio?” (mais adiante a ela retornaremos), recuperemos Orlandi⁸: “os prefácios e as notas de pé de página visam conter o texto nos limites, ou melhor, procuram não deixar que ele signifique além de certos limites”. E, no caso do prefácio, não se pode deixar de sinalizar que ele “procura instituir [ao texto] um início, uma perspectiva, um modo de leitura ou ao menos procura colocar-lhe uma referência, um início particular.”⁹

Em outras palavras, prefácios podem indicar os caminhos de uma leitura, domesticar os sentidos de um texto, sinalizar trilhas a serem seguidas. Ademais, prefácios podem vir também a fornecer material para a construção de um imaginário sobre um povo.

3 Um Ensaio

O livro CGS de Gilberto Freyre é publicado em 1933. Um momento em se que vinha tendo, desde o final do século XIX, um debate fecundo em diversas áreas sobre identidade brasileira, em que se buscava definir, explicar, justificar o que vinha a ser o povo brasileiro - a semana de 22, de uma década anterior, é um exemplo da discussão já existente sobre brasilidade. CGS se insere nessa discussão.

Uma das marcas do funcionamento do discurso de Freyre é sua constituição sob a forma de ensaio, por ele mesmo afirmada no primeiro parágrafo de seu prefácio:

“Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro à Bahia; depois a Portugal, com escala pela África. O typo de viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflecte.” (Casa Grande & Senzala, pag. IX, 1a. edição, grifo nosso)

Como observa Candido (1980), é característico da geração de 30 a tendência ao ensaio como uma forma de escritura que procurava romper com uma trajetória discursiva sobre o Brasil. O que se tinha então no âmbito da historiografia era uma história positivista, neutra e objetiva que assumia a Europa como parâmetro para refletir sobre a identidade brasileira e que se articulava tendo como base teórica o evolucionismo da época. Nada

⁸ Orlandi, 1990

⁹ Orlandi, 1990

mais significativo do que o fato de uma nova maneira de abordar a identidade brasileira assumir a subjetividade implícita num ensaio em oposição à objetividade vigente.

Em contraposição à proposta de uma história descritiva, factual e linear, vamos encontrar já no prefácio de CGS a proposta de uma abordagem fragmentária, de uma ordenação dos ‘fatos’ de maneira não cronológica e de uma narrativa na qual o plano onírico também atua fundindo, por vezes, passado, presente e futuro. Nessa outra forma de analisar um país, não mais importa o “real”, o “fato”, mas o “inteligível”. Daí o ensaio, na medida em que se caracteriza como um gênero no qual a presença do intelecto é seu fator preponderante, seu fator caracterizador.

À subjetividade da proposta ensaística alia-se a subjetividade da proposta memorialística: outra marca constitutiva deste discurso fundador.

4 Memórias

Ao se folhear o prefácio de CGS, uma outra característica se evidencia - o memorialismo. O prefácio é escrito em primeira pessoa, o livro é dedicado aos seus avós (de Gilberto Freyre); após a dedicatória há uma foto com a seguinte referência “Uma Wanderley do século XIX”; o objeto a partir do qual o povo brasileiro será estudado é a casa¹⁰. Um “eu”, um retrato de família, a casa. Memórias e histórias. História(s) do Brasil. Qual o(s) efeito(s) que estes dados provocam, com o que eles se articulam, que fio eles rompem?

Refletindo sobre a distinção entre história e memória, observamos que a segunda se diferencia da primeira por se definir pela presença do “eu” do escritor. Refletindo sobre a distinção entre historiador, ficcionista e memorialista, notamos que a questão da verdade os distingue. Enquanto o historiador teria a “pretensão de oferecer a ‘verdade’ sobre seu objeto”¹¹, o ficcionista não a teria como limite, e o memorialista contaria a própria “verdade”. O memorialista interpõe-se, pois, entre os dois. Por um lado, assume um compromisso com o leitor de não inventar, com isso aproxima-se do historiador e distancia-

¹⁰ A casa, além de se constituir como objeto a partir do qual a sociedade brasileira será analisada, está presente ao menos de duas maneiras: no título que faz referência a duas casas - ou então a uma composta de duas partes -; e na planta, incluída na edição, que apresenta as partes de uma casa grande com seu anexo - a senzala.

¹¹ Costa Lima (1996)

se do ficcionista - afinal, o espaço da invenção é a ficção, o da verdade é o da história e da memória. Por outro lado, na medida em que narra sua própria história, distancia-se da neutralidade pretendida pelo historiador, mas não da ficção, já que esta não tem tal ambição. A ilusão do memorialista é afirmar o fato por tê-lo vivido. É o viver que atesta o que diz. É o viver que produz o efeito de legitimação do seu dizer tanto quanto o fato, considerado em sua neutralidade, legitimava o fazer História.

Em CGS encontram-se ao lado de um “eu” que assume sua posição discursiva, uma tradição atestável - a foto de um elemento da família, de uma ‘Wanderley’ -, e um lugar também empírico - a casa. A voz do narrador não está sozinha. A tradição familiar e a concretude da casa funcionam aqui como elementos que irão garantir a autoridade de quem fala. Indo mais adiante, o passado que vai se narrar e que vai se analisar é sustentado por alguém que o viveu através de uma dupla experiência. Uma, temporal, que lhe atesta a tradição familiar. Outra, que se apresenta já no parágrafo de Freyre citado anteriormente, que é a experiência concreta: a viagem pelo mundo (Bahia, África, Portugal e também EUA¹²) em busca do saber e da confirmação e legitimação desse saber.

Um primeiro efeito, pois, seria o de o prefácio funcionar como veículo de legitimação do próprio livro. Nele se apresenta o que vai ser exposto marcado por duas instâncias da experiência: da vida e do saber.

Mas, há ainda um outro efeito que se produz ao se recuperar o passado através de sua tradição familiar: o de identificação afetiva com seu objeto de estudo. Se, ao assumir-se como “eu”, propõe ao leitor um pacto em torno da “verdade”; ao identificar-se afetivamente com seu projeto, propõe a este um envolvimento emocional com seu passado histórico. Trata-se de uma dupla sedução: participar de uma história que é ao mesmo tempo pessoal e coletiva e participar através da emoção.

Se relacionarmos a maneira de narrar a história que se tinha no século XIX com a proposta por Freyre, podemos perceber um deslocamento da autoridade que advinha dos fatos, com a história se articulando por si própria através deles e sem o envolvimento do escritor, para a autoridade do narrador que os articula e que a eles está diretamente envolvido. É aqui que se entrecruzam ensaio e memória: ambos são marcados pela

¹² A formação teórica que lhe possibilitou o livro foi, segundo afirma em seu prefácio, decorrente de seus estudos na Universidade de Colúmbia com o professor Franz Boas, que lhe serviu de mestre.

subjetividade e operam no sentido de se contraporem à tradição historiográfica de até então.

Duas são, então, as observações sobre o funcionamento do prefácio de Freyre em CGS, que servem também como respostas à pergunta “Por que prefácio?” Uma se refere ao modo como será lido CGS: o prefácio direciona um determinado modo de envolvimento com o texto, um determinado modo de leitura do texto. A outra diz respeito ao fato de CGS se tratar de um discurso fundador.

Uma das características de um discurso fundador é que ele “busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe o fio da história para reorganizar os gestos de interpretação”¹³. Reflitamos um pouco sobre o nosso material, a partir desta afirmação.

Quando discutimos a questão da forma ensaística, observamos que o prefácio (prenunciando o corpo do livro) é articulado se opondo a uma historiografia neutra. Dissemos também que CGS se inseria em uma discussão sobre identidade brasileira que já vinha ocorrendo desde o século XIX. E, acabamos de fazer notar que no prefácio é proposto não apenas um outro modo de se envolver com o livro como também, aliado a esta proposta, um novo objeto para se pensar a identidade brasileira: a casa.

“Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caracter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história intima despreza-se tudo o que a história politica e militar nos offerece de empolgante por uma quasi rotina de vida; mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caracter de um povo.” (Casa Grande & Senzala, pag. XXX e XXXI, 1a. edição)

É hora de irmos mais adiante: esta nova forma de refletir nos indica que, mais do que contruibuir para o debate sobre identidade brasileira, Freyre se propõe a dar uma resposta ao que vem a ser o “caráter do brasileiro”. CGS apresenta-se como um resposta às questões vigentes. O fio que CGS rompe é com uma certa maneira de se “fazer história” e com o objeto a ser privilegiado. Não mais grandes feitos ou grandes batalhas, mas a intimidade que uma casa propicia. CGS pretende, pois, reorganizar os sentidos em cena.

¹³ Orlandi, 1993.

5 A Heterogeneidade

Afirmamos no início que, para a AD, o que torna possível o dizer é o já-dito, e isto indica que, para uma palavra ou um discurso significar, é necessário que já signifique. Há, pois, um já dado, uma memória, a partir do qual se instaura o dizer (e sem o que o sentido não seria possível). É essa memória do dizer, considerada em AD como interdiscurso, que permite que o discurso signifique. Em outras palavras, estamos sinalizando que um discurso significa em relação a algo que lhe antecede e que lhe constitui - o interdiscurso -, e que interdiscurso pode ser entendido como um voz que ecoa através do discurso. Postular que há uma voz que perpassa qualquer discurso equivale a postular que todo discurso é marcado pela heterogeneidade. Uma heterogeneidade que lhe é constitutiva: o interdiscurso.

Além da heterogeneidade constitutiva, no discurso podem se fazer presentes outras vozes, recuperadas de lugares outros e acolhidas sob a forma de citações ou utilizadas sob a forma de aspas, por exemplo. Trata-se de um outro tipo de heterogeneidade: a mostrada¹⁴.

Com o objetivo de analisar o funcionamento de um discurso fundador, no caso o prefácio de CGS, assinalamos já duas das marcas que o configuram como tal: sua articulação como ensaio e como memória. Há, ainda, uma outra marca: as vozes que nele operam, sua heterogeneidade. O prefácio de CGS, de 35 páginas, é prolixo, extenso e diverso no que se refere a vozes outras. Há inúmeras referências e citações (traduzidas, parcialmente traduzidas e em outras línguas) no corpo do texto, bem como em notas de página (que também são inúmeras). São vozes que têm uma importante atuação ao lado da voz, em primeira pessoa, do narrador. Há, pois, no prefácio, um “eu” (ou como veremos mais adiante vários “eus”) e os “outros”. Há também um “nós”. Cada um desses grupos de vozes apresentam-se com funções distintas.

5.1 Os “eus”

Cinco são as maneiras como o narrador se apresenta, isto é, cinco são as maneiras como o “eu” se articula em função do verbo: ora como complemento de verbos como

¹⁴ Estamos considerando aqui como heterogeneidade mostrada a que se coloca em relação ao outro, em relação à alteridade (Authier, 1998)

“dependesse de mim” ou “me revelou” (trata-se do grupo com maior número de ocorrências); ora como sujeito e complemento de verbos reflexivos como “lembro-me” ou “familiarizei-me”; ora como sujeito de verbos como “aprendi” ou “conheci”, ora como sujeito de sintagmas verbais como “tive a fortuna de realizar” ou “tive o gosto de ver confirmados”. Por fim, há também um “eu” que se transforma em “nós”, e que irá configurar um outro grupo.

Observando os verbos do primeiro grupo, notamos que o narrador se coloca como passivamente determinado, como predestinado a algo. Recuperando os sujeitos de tais verbos, notamos que fatos, acontecimentos e por vezes pessoas vão ao seu encontro. Por exemplo: “ocorreu-me a aventura do exílio”; “foi surpreender-me (...) o convite da Universidade de Stanford”; “cursos que me puseram em contato com grupos de estudantes (...) animados da mais viva curiosidade intelectual”. Há um trecho que resume esta postura de predestinado: “Era como si tudo dependesse de mim...(pag. XII)”. O que significa ser predestinado?

Ser predestinado significa ter sido destinado, por outras instâncias, a fazer algo. Ser predestinado significa ter um destino traçado e uma tarefa a cumprir, estando já implícito que será exemplar na sua realização, desde que seja de fato predestinado. O predestinado é, pois, tanto aquele que é destinado, “enviado” para realizar algo, como aquele que serve de exemplo, que “guia”. De “enviado” à “guia” há um processo do qual faz parte também a confirmação da predestinação. Se tomarmos o discurso religioso (sobretudo o católico) como referência para pensarmos o estatuto da predestinação, observaremos que o predestinado é primeiramente sinalizado como “enviado”; em seguida, passa por um processo de aprendizagem que irá confirmar sua designação; por fim, passa a exercer a função de guia. Nesse processo de “enviado” a “guia” ocorre um passagem da instância de receber a incumbência para a de guiar. Há ainda um outro ponto a observar. Se ser “enviado” significa em última instância ser “guia”, é, contudo, a instância do “enviado” que ampara, legitima o “guia”. É enquanto “enviado” que o “guia” se faz presente. Portanto, a assunção do “guia” deve considerar a instância do “enviado”, deve respeitar esse jogo e aceitar a máscara do “enviado”.

Voltemos às formas como aparece o “eu” do narrador. Os verbos do primeiro grupo anunciam o “enviado”, o que recebe a tarefa. Os do segundo grupo (“lembro-me de ter aprendido”; “familiarizei-me”, por exemplo) e alguns do terceiro grupo como “aprendi”

(vale observar que se tem aí um sujeito semanticamente paciente) evidenciam a fase de aprendizagem que prenunciam a terceira fase: ser “guia”. Nesta fase, não se trata, como já vimos, de assumir-se plenamente como sujeito; mas de um jogo que mascara esta postura. O narrador é sujeito em verbos como “regressei”, “deixei”, “posso”, “recordarei”; ou seja, em verbos que não denotam um fazer, um realizar. Os verbos que denotam aparecem através de construções como “tive a fortuna de realizar”, “tive o gosto de ver confirmadas”, em que o substantivo, ao adiar o ato de realizar ou fazer, modaliza o caráter que seria ser “guia”. Este não aparece em sua forma plena de “guia”, mas sim de “enviado”/“guia”; afinal, é a instância de “enviado” que garante o ser “guia”.

5.2 Os “nós”

Em vários momentos aflora no prefácio um “nós”. É através dele que iremos observar como a heterogeneidade, no caso a mostrada, articula-se no texto. Podemos dividir os trechos em que se tem um “nós” em três grupos.

O primeiro caracteriza-se por conter um “nós” associado a um fator deveras significativo: a utilização do materialismo histórico como contribuição teórica à análise que está se empreendendo.

“Por menos inclinados que sejamos ao materialismo historico, tantas vezes exaggerado nas suas generalizações - principalmente em trabalhos sectarios e fanaticos - temos de admittir influencia consideravel, embora nem sempre preponderante, da technica da produção economica sobre a estructura das sociedades; na caracterização da sua physionomia moral. É uma influencia sujeita á reacção de outras; porém, poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades (...) (Casa Grande & Senzala, p. XII e XIII, 1a. edição)

“Não que estejamos a suggerir uma interpretação ethnica da formação brasileira do lado da economica. Apenas accrescentando a um sentido puramente material, marxista, dos factos, ou antes, das tendencias, um sentido psychologico.” (Casa Grande & Senzala, p. XXVII, 1a. edição)

O primeiro trecho se inicia com uma negação - “Por menos inclinados” - e uma crítica - “tantas vezes exagerado (...) em trabalhos sectarios e fanaticos” - ao materialismo histórico. À ressalva contida em “Por menos inclinados” (primeiro trecho) e em “Não que estejamos a sugerir” (segundo trecho) sobrepõe-se uma evidência “temos de admitir”, mas não uma aquiescência “admitimos”. Tem-se, portanto, para com o materialismo histórico uma adesão neutralizada por uma ressalva que explicita os limites de sua adesão. O plural - nós - e a evidência a que se deve curvar ocultam o “eu” e funcionam como justificativa da tomada de posição e como legitimação do material teórico por vezes utilizado. A assertiva “temos de” coloca os estudiosos da identidade brasileira como impotentes diante de um fato que se atesta a si mesmo - daí a afirmação impessoal que se segue - “É uma influência sujeita à reação de outras; porém, poderosa como nenhuma...” - e que, por isso, irá estar presente no ensaio de Freyre. As vinculações dessa adesão parcial a uma posição marxista serão tratadas mais adiante.

O segundo grupo vincula-se à proposta de uma reconstrução memorialística do passado através do envolvimento pessoal e coletivo com a história, tendo a casa como objeto central.

“Estudando a vida domestica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros - nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.” (Casa Grande & Senzala, p. XXXI, 1a. edição)

A este grupo outras vezes são chamadas a se juntar para confirmar ou legitimar seu trabalho:

“O estudo da historia intima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Goncourt ja o chamavam “ce romain vrai”. O architecto Lucio Costa, diante das casas velhas de Sabará, São João d’el Rei, Ouro

Preto, Marianna, das velhas casas-grandes de Minas, foi a impressão que teve: “A gente como que se encontra... E se lembra de cousas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei - Proust devia explicar isso direito.” (Casa Grande & Senzala, p. XXX, 1a. edição)

Instaura-se no uso do “nós” neste grupo uma pluralidade de vozes diferentes elaboradas em um movimento de espiral cada vez mais abrangente: uma voz sugere algo que remete para outra voz que adensa o que foi dito e que, por sua vez, remete para outra voz que retoma o que disse a primeira. São vários os “nós” assim capturados: o “nós” de estudiosos das coisas brasileiras, o “nós” de autoridade de Goncourt, do arquiteto Lúcio Costa e do escritor Proust, o “nós” de leitores que, como um turbilhão, vão criando o efeito de ir adentrando cada vez mais no passado, embaralhando-o com o presente da narração e assim remetendo-o ao futuro. Um jogo de projeções infinitas que tem na casa o ponto de encontro e de irradiação, e cuja consequência é a instauração de um passado que continua até o presente, “um passado que emenda com a vida de cada um...”, um passado inequívoco, com estatuto de verdade, de tradição. Trata-se, pois, de um jogo que instaura e legitima uma memória sobre o que seria a identidade brasileira.

Se recuperarmos em Foucault¹⁵ a noção de tradição, observaremos que tal noção tem a função de “isolar as novidades em um fundo de permanência”, de anular as diferenças, de fixar-se sob o domínio do mesmo. Tal postura caracterizaria um resgate de caráter conservador. Se pensarmos na noção de discurso fundador, observaremos que um discurso fundador “cria uma tradição de sentidos (...) trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite). Produz o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim.”¹⁶

Passemos ao último grupo dos “nós” antes de juntarmos os fios que estão sendo deixados ao longo da nossa tecitura. Eis dois dos fragmentos que o caracterizam:

¹⁵ Foucault, 1987.

¹⁶ Orlandi, 1993.

“As confissões e denúncias reunidas pela visitação do Santo Officio às partes do Brasil constituem material precioso para o estudo da vida sexual e de família no Brasil do século XVI e XVII. Indicam-nos a idade das moças casarem (...) Deixam-nos surpreender (...)” (Casa Grande & Senzala, p. XXXII, 1a. edição)

“Detalhes que nos esclarecem sobre aspectos de vida colonial, em geral desprezados pelos outros cronistas. Não nos devemos, entretanto, queixar dos leigos que em cr nicas como a de Pero Magalhães de Gandavo e a de Gabriel Soares de Souza também nos deixam entrever flagrantes expressivos da vida ótima nos primeiros tempos da colonização.” (Casa Grande & Senzala, p. XXXVI e XXXVII, 1a. edição)

Nestes fragmentos, a primeira pessoa do plural aparece como objeto (“indicam-nos”, “deixam-nos surpreender”) e como sujeito e objeto ao mesmo tempo (“não nos devemos queixar”), assim como ocorreu com a primeira pessoa do singular do primeiro e segundo grupos analisados na parte referente ao “eu” assumido no prefácio. Recuperando um dos fragmentos daquele grupo (da primeira pessoa do singular), veremos que l  já estava previsto um “nós”:

“Era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares.” (Casa Grande & Senzala, p. XII; grifo nosso).

Noutras palavras, não apenas o narrador estava predestinado a realizar uma tarefa, conforme expusemos, mas também os de sua geração. Havia uma questão a ser investigada; uma resposta a ser dada a questões seculares. O material que nos apontaria a resposta, os “fatos” que nos revelariam o caráter do brasileiro estão indicados nos dois fragmentos deste grupo em que aparece o “nós”: as confissões, as denúncias, os detalhes. Além desse material novo, havia também certos caminhos a serem trilhados pelos estudiosos para respondê-la:

“A todo estudioso da formação patriarcal e da economia escravocrata do Brasil impõe-se o conhecimento do chamado ‘deep south’.”(*Casa Grande & Senzala*, p. XI, aspas do autor)

Ou seja, a questão a ser tratada já estava marcada por quem poderia fazê-lo, pelos meios como respondê-la, e por um modo: o confronto com a escravidão no sul dos EUA.

Há ainda uma outra observação a ser feita em relação a esse “nós” intelectuais (“eu” e os de minha geração). Ele configura também a maneira pela qual Freyre se inscreve como estudioso, como intelectual, instituindo um lugar para si e para os de sua geração, mas a partir daí, distinguindo-se, dignificando-se, assumindo a autoridade que a condição de predestinado, da qual já tratamos, lhe confere:

“Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil...” (*Casa Grande & Senzala*, p. XII)

Várias são as funções que a maneira como o narrador articula as vozes em primeira pessoa (singular ou plural) exercem. Elas apontam direções e materiais a serem considerados; relativizam a importância de um certo material teórico ao mesmo tempo que indicam seu uso; instituem um lugar ao narrador; legitimam-lhe a autoridade; e, sobretudo, conferem ao seu relato o caráter de tradição e de verdade.

A heterogeneidade não se esgota aqui. Há mais vozes no prefácio de CGS.

5.3 Os “outros”

Aos trechos marcados pela presença do narrador intercalam-se outros cujo locutor é impessoal (por exemplo, em um mesmo fragmento tem-se “nos sentirmos” ao lado “um passado que se estuda” ou “quando se consegue penetrar na intimidade mesma do passado”). Ou seja, a trechos de cunho pessoal pospõem-se trechos de um discurso impessoal. Em ambos encontram-se várias vozes: sob a forma de citações ou de simples referências, articuladas em discurso direto ou indireto, no corpo do texto ou nas inúmeras notas de pé de página. Nestas vozes encontram-se tanto representantes de uma intelectualidade quanto não-representantes de uma intelectualidade.

No primeiro caso estão os autores, escritores, estudiosos do Brasil. Por exemplo:

“Como diz Splengler, - para quem o typo de habitação apresenta valor historico-social superior ao da raça - á energia do sangue que imprime traços identicos atravez da successão dos seculos deve-se accrescentar a força “cosmica, mysteriosa que enlaça num mesmo rythmo os que convivem estreitamentee unidos” (Casa Grande & Senzala, p. XIX)

“Anchieta lamenta nos nativos, o que Camões já lamentara nos portugueses - ‘a falta dos engenhos’.” (Casa Grande & Senzala, p. XXX, aspas do autor)

No segundo caso, estão, por exemplo, os moradores de um região, as cozinheiras, as donas de casa. Nem mesmo a ficção, o imaginar a fala de senhor de engenho lhe escapa:

“Houve senhores sem escrupulos que, acceitando valores para guardar, fingiram-se depois de extranhos e desentendidos: ‘Você está maluco? Deu-me lá alguma cousa para guardar?’.” (Casa Grande & Senzala, p. XXV, aspas do autor)

“E tinha-se tanta liberdade com os Santos que era a elles que se confiava a guarda das terrinas de doce e de melado contra as formigas:

*‘Em louvos de S. Bento
que não me venham as formigas
cá dentro’*

escrevia-se num papel que se deixava á porta do guarda-comida.” (Casa Grande & Senzala, p. XXIII)

São, pois, dois grupos de vozes distintas que têm funções diferentes no desenrolar do prefácio. As primeiras dão ao seu trabalho o caráter científico. São recuperadas “falas” autorizadas sobre o Brasil, que servem de apoio ao que está sendo proposto, que servem para refutar uma certa idéia, para sinalizar o que deve ser considerado, ou ainda para promover um deslocamento sobre uma certa concepção. Elas lhe conferem, portanto, o

estatuto de um discurso da ciência. As segundas são o material que atesta seu trabalho. São vozes anônimas, recuperadas da coletividade através das histórias de moradores, dos casos anônimos, das cantigas, dos receituários de bolo, etc. É a partir delas que o narrador se lança para o passado; é a partir delas que se instaura uma ligação afetiva com o passado e com o leitor. Elas presentificam o passado e eternizam-no. Elas constituem a memória e a sedução proposta desde o início.

6 O Rompimento e a Manutenção

A noção de discurso fundador vincula-se à possibilidade de um novo “sítio de significância”. Isto não significa, contudo, que o discurso fundador seja auto-fundante, já que o sentido, para a AD, não é proposto como origem em si mesmo, mas como possível devido a uma memória do dizer. Esta memória do dizer, ou seja, a voz que já fala para possibilitar um outro (ou não) falar é o interdiscurso. No interdiscurso, vários sentidos reverberam; mas não impunemente. O(s) recorte(s) a essa massa multiforme é feito pelas formações ideológicas - que reportam às relações de classe -, que engendram as formações discursivas, que, por sua vez delimitam o “que pode e deve ser dito”¹⁷. Vale destacar que as formações ideológicas se compõem de várias formações discursivas. É isto que possibilita a migração de sentido, a mudança, o deslocamento. Fazer sentido é, pois, filiar-se a formações discursivas.

A pergunta agora é: a quais formações discursivas CGS se filia e com quais rompe?

Dissemos que a proposta de Freyre se colocava no bojo de uma discussão sobre identidade brasileira que vinha se articulando desde o século XIX. De acordo com Viana¹⁸, pensar o Brasil era preciso como forma de buscar uma identidade para responder a questão do que nos fazia diferentes dos europeus, ou mais exatamente, “o que nos fazia piores que os europeus”¹⁹. Em outras palavras, o que Viana sinaliza é que a pergunta já trazia no seu bojo uma direção a ser respondida: apontar os meios para uma cura. E, para se apontarem os meios para a cura, era necessário descobrir as causas. Havia, pois, uma direção de estudos sobre brasilidade inserida em uma determinada formação ideológica

¹⁷ Pêcheux. (Haroche et al., 1971).

¹⁸ Viana, 1995.

¹⁹ Idem.

que buscava saber o que vinha a ser identidade brasileira já entendendo-a de antemão como contaminada, como em desvantagem: “A identidade devia ser descoberta para ser curada”²⁰. É neste cenário que temos a publicação de CGS.

O livro de Gilberto Freyre teve seu germe, segundo o autor, a partir da problemática da miscigenação:

“E dos problemas brasileiros nenhum que me inquietasse tanto como o da miscegenação.” (Casa Grande & Senzala, p. XII)

Mais especificamente a questão motivadora era a da degenerescência da raça:

“Vi uma vez, depois de mais de três annos macissos de ausencia do Brasil, um bando de marinheiros nacionaes - mulatos e cafusos - descendo não me lembro si do São Paulo ou de Minas pela neve molle de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me á lembrança a phrase de um livro de viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘the fearfully mongrel aspect of population’. A miscenegação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929, Roquette Pinto aos aryanistas do Congresso Brasileiro de Eugenia que não eram simplesmente mulatos ou cafusos os individuos que julgava representarem o Brasil, mas cafusos e mulatos doentes.” (Casa Grande & Senzala, p. XII, grifo e aspas do autor)

Importa destacar que CGS se articula de maneira a refutar a tese dos arianistas. Para estes, a degenerescência devia-se à miscigenação, à mistura. Freyre não aceita esta explicação e se propõe a resgatar os elementos negro e índio como constituintes da sociedade brasileira. E, ao propor o resgate da mistura, a tese de Freyre parece caminhar em uma direção contrária a posturas racistas tal como, por exemplo, a dos arianistas.

O que está se tentando sinalizar é que no prefácio de CGS se faz presente uma proposta de “explicação” da nossa sociedade que se afasta de uma certa formação discursiva: a que explica a degenerescência como decorrente da miscigenação, a que explica a desvantagem como produto da mistura. Mas, por outro lado, continua atrelado

²⁰ Idem.

à mesma formação ideológica que prevê a degenerescência, a doença a ser tratada. Sua resposta, no entanto, é que provocará um certo deslocamento: a ‘doença’ se deve às condições sócio-econômicas. Daí sua adesão, parcial, ao materialismo histórico: tal aparato teórico lhe permitia justificar a degenerescência sob um outro prisma.

Recuperemos uma vez mais este último trecho destacado do prefácio. Sua primeira impressão acerca de marinheiros brasileiros que havia visto após uma ausência de mais de três anos do Brasil (“deram-me a impressão de caricaturas de homens) é desdobrada na voz do outro, do viajante americano’ (the fearfully mongrel aspect of population’) que o leva a uma constatação (“A miscegenação resultava naquilo”). Ou seja, trata-se de um processo em que o narrador veladamente se mostra (através de uma impressão) e se oculta ao se desdobrar na voz do outro. Vale notar, neste caso, que se trata de um duplo mascaramento: na voz e na língua do outro.

O trecho continua com a lembrança de um outro dizer, agora para ensiná-lo a como ver a questão. Podemos esquematizar este processo da seguinte maneira: o narrador (X) tem uma primeira impressão, a partir daí diz o que uma outra voz diz (Y) em inglês. Em seguida, relata o que uma terceira voz (Z) refutou de uma quarta voz (W) e que serviu para ensiná-lo (narrador, X) a concluir: doentes. Trata-se, pois, de um processo de atribuição do dizer no qual diversas vozes vão sendo capturadas para operarem como mediadoras do seu dizer. Mais do que isso, elas veiculam idéias colocadas como já existentes e tomadas, por conseguinte, como consensuais. O narrador passa então a se posicionar como veículo de transmissão de uma idéia consensual; qual seja, a da degenerescência da raça que pressupõe um racismo à qual Freyre parece se opor.

Ou seja, se, por um lado, CGS não se filiava à formação discursiva que explicava a degenerescência como oriunda de uma mistura racial e que estaria diretamente atrelada a uma postura racista, por outro lado, o trecho resgatado serviu para demonstrar que ele não se afasta desta formação. Apenas desloca a resposta.

É hora de terminarmos, de unir os fios que ficaram. CGS rompe com um certo modo de se fazer história, procurando responder a uma questão (secular, como afirma) sobre a identidade brasileira. Sua resposta, embora promova um deslocamento, já vem, no entanto, marcada pela pergunta que coloca a identidade brasileira como problema, como algo a ser curado. CGS, portanto, permanece numa mesma rede de questões: inscreve-se em

uma formação ideológica que, ao discutir brasilidade, confronta o brasileiro ao europeu ou mesmo ao americano, colocando-o desde o início em desvantagem.

São, conforme já afirmamos, vários os enunciados que constituem o imaginário de um povo e que lhe conferem identidade(s). CGS, sem dúvida, contribui para a constituição do processo de produção do simbólico que nos significa. Instaure-se como fundador. Mais do que isso, ao propor um resgate dos elementos negro e índio na constituição da sociedade brasileira, promove novas redes que nos significam, possibilita outros enunciados como “todos os brasileiros têm um pé na África” ou “todos têm um sangue índio”. As injunções e filiações destes outros enunciados já é proposta de um outro trabalho.

Résumé

Il existe divers événements, histoires, légendes et énoncés constituant les mémoires et les identités d'un pays qui s'articulent comme discours fondateurs. Dans ce travail nous avons l'intention à analyser le fonctionnement d'un certain discours fondateur — la préface de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freire —, tout en récupérant et en commentant sur certaines marques le constituant. Notre but est aussi de réfléchir sur sa relation avec les autres discours qui l'entourent et sur la place qu'il occupe dans la constitution des énoncés fondateurs à propos du Brésil.

Bibliografia

- Araújo, R. B. (1994) *Guerra e Paz*, 34. Rio de Janeiro.
- Authier-Revuz, J. (1990) “Heterogeneidade(s) Enunciativas(s)”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*: 19, jul/dez, Campinas, Unicamp/IEL.
- Authier-Revuz, J. (1998) *Palavras Incertas*. Editora da Unicamp.
- Benjamin, W. (1985) “O narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Obras escolhidas; magia e técnica, arte e política*. Volume 1, São Paulo, Brasiliense.
- Candido, A. (1980) *Literatura e Sociedade*. 6a. edição, São Paulo, Companhia Nacional.
- Carpeaux, O. M. (1976) “O artigo sobre prefácios”. In: *Reflexo e realidade*, Rio de Janeiro, Fontana.
- Costa Lima, L. (1986) “Júbilos e misérias do pequeno eu”. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- Freyre, G. (1933) *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.

- Foucault, M. (1987) *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Gadet, F. e Hak, T. (org.) (1990) *Por uma análise automática do discurso: um introdução à obra de Michel Pêcheux*, Campinas, Editora da Unicamp.
- Haroche, C., Henry, P. e Pêcheux, M. (1971) “La sémanthique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours.”. In *Langages*, 24, Paris, Didier-Larousse.
- Ianni, O. (1992) *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense.
- Indursky, F. (1989) “Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações no ato de argumentar”. In: *Histórias & Sentido & Linguagem*. Guimarães (org.). Campinas, Pontes.
- Mariani, B. (1998) *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. Rio de Janeiro, Revan, Unicamp.
- Mariani, B. (1989) “Discurso e construção da memória em 1930”. Trabalho apresentado na Anpoll.(mimeo).
- Orlandi, E. (org.) (1997) *Gestos de leitura*. 2a. ed., Campinas, Editora da Unicamp.
- Orlandi, E. (1996) *Interpretação*. 2a. ed., Petrópolis, Vozes.
- Orlandi, E. (org.) (1993) “Vão surgindo os sentidos”. In: *Discurso Fundador*, Campinas, Pontes.
- Orlandi, E. (1990) *Terra à Vista*. São Paulo, Cortez.
- Pêcheux, M. (1990) *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Campinas, Pontes.
- Serrani, S. M. (1993) “Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua”. In *Discurso Fundador*. Orlandi (org.). Campinas, Pontes.
- Souza, O. (1994) *As Fantasias de Brasil*. São Paulo, Escuta.
- Nunes, J. (1993) “Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua”. In *Discurso Fundador*. Orlandi (org), Campinas, Pontes.
- Veyne, P. (1983) *O inventário das diferenças - história e sociologia*. São Paulo, Brasiliense.
- Viana, H. (1995) *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Zahar e Uerj.